

**Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no ano de 2025, realizada no dia 25 de setembro de 2025 (quinta-feira), às 14h, no formato online, com a seguinte ordem do dia: 1 - Abertura; 2 – Aprovação da ata da 3ª R. O. do CBH-BPSI realizada dia 12/08/2025; 3 – Análises para aprovação de pedidos de vagas no Comitê apresentados pelo Município de Itaperuna e pela Associação SOS Atafona; 4 – Aprovação de resolução definindo cota da Lagoa Feia definida para o período de estiagem do ano de 2025; 5 - Aprovação de resolução sobre a prorrogação da delegação à AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do CBH-BPSI; 6 - Aprovação de resolução sobre hierarquização de municípios da RH-IX para destinação de recursos para projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES); 7 – Informes; 8 - Encerramento. Item 1 – Abertura:**

Abertura realizada pelo Diretor Presidente, Zenilson Coutinho (Asflucan) em primeira chamada às 14h18, com dezessete membros titulares presentes. **Integrantes da Agevap presentes:** Amaro Neto, Camila Sepúlveda, Antonio Ednaldo, Ingrid Delgado, Monique Soares, Tatiana Ferraz e Thaís Nacif. **Convidados presentes:** Abdo Gavinho (SOS Atafona), Arcênio Jubim (Município de Itaperuna), Fernanda Scudino, Jose Carlos, Leticia de Jesus (Quilombo Lagoa Feia), Nanci (PEA Rede Observação), Raysa Jesus (Associação Quilombo de Lagoa Feia). Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas expressou preocupação com a sobreposição de reuniões, participando de duas simultaneamente. Thaís Nacif explicou que a coincidência de datas ocorreu porque a reunião era uma demanda extraordinária e incluía pontos de pauta importantes. **Item 2 - Aprovação da ata da 3ª R. O. do CBH-BPSI do ano de 2025:** A ata foi aprovada por unanimidade. **Item 3 – Análises para aprovação de pedidos de vagas no Comitê apresentados pelo Município de Itaperuna e pela Associação SOS Atafona:** Thaís Nacif apresentou o terceiro item da pauta, que consiste na análise para aprovação de pedidos de vagas no comitê, apresentados pelo município de Itaperuna e pela associação SOS Atafona. Arcenio Jubim informou que sua participação é motivada pela importância do município na região, sua extensão territorial, e a presença de rios importantes, além de um recurso do Comitê transferido para o CIDENNF, destinado a um projeto de esgotamento sanitário. Ele destacou a necessidade de definição sobre essa temática e expressou o desejo de serem aceitos no comitê para participar de reuniões ordinárias e discussões. Thaís Nacif agradeceu Arcenio Jubim e passou a palavra ao representante da associação SOS Atafona. Abdo Gavinho apresentou a Associação SOS Atafona e solicitou uma vaga no comitê devido à preocupação com a crise hídrica em São João da Barra, causada pela intrusão salina e erosão costeira em Atafona. Zenilson Coutinho comentou que Itaperuna também deveria fazer parte do comitê, pois é um município importante, e demonstrou preocupação com a situação de Atafona, mencionando que o Secretário de Meio Ambiente do Estado também está criando uma comissão costeira para estudar o problema. José Armando perguntou sobre o atendimento das formalidades documentais. Thaís Nacif respondeu que ambas as instituições, a do poder público e a SOS Atafona, encaminharam toda a documentação de acordo com o que é solicitado no processo eleitoral, estando regular e compatível com as exigências para ser membro do comitê. Thaís Nacif explicou que o segmento do poder público possui vagas de

41 suplência apenas para Fiperj, Inea e Emater, e que a prefeitura de Itaperuna, se aprovada,  
42 ocupará uma dessas suplências. Ela também informou que o segmento da sociedade civil tem  
43 vagas de suplência para diversas instituições. Zenilson Coutinho aprovou as vagas, e Thais  
44 Nacif perguntou a qual instituição o município de Itaperuna gostaria de se candidatar a  
45 suplente, com Arcenio Jubim sugerindo a Emater, o que foi aceito por Thais Nacif. A SOS  
46 Atafona manifestou interesse em ser suplente da Uenf. Jeferson Fernandes sugeriu que a SOS  
47 Atafona ficasse como suplente de uma instituição que não viesse participando com tanta  
48 frequência. Acatando a sugestão do Jeferson, o Sr. Abdo preferiu que a SOS Atafona entrasse  
49 como suplente da UFF. Luiza Salles expressou satisfação em ter novos representantes da  
50 Prefeitura de Itaperuna e da SOS Atafona, mencionando sua relação com Dona Soninha  
51 Ferreira, da SOS Atafona, e expressando alegria pela participação de todos. Thais Nacif e José  
52 Armando Ribeiro Barreto discutiram as substituições de representantes para a reunião, com  
53 José Armando Ribeiro Barreto questionando as confirmações de presença e Thais Nacif  
54 esclarecendo quais substituições já haviam sido registradas. Wallace Rodrigues confirmou que  
55 representava Conceição de Macabu, e Amaro Neto confirmou que havia um e-mail de  
56 Conceição de Macabu indicando Wallace Rodrigues. Arcenio Jubim informou que a reunião do  
57 COSEMMA estava ocorrendo simultaneamente, justificando a ausência de alguns municípios  
58 do norte e noroeste, e mencionou que Betiza e Bismark não eram mais secretários em seus  
59 respectivos municípios (Aperibé e São José de Ubá). Explicou que Betiza está atualmente em  
60 prefeitura de outro município. Thais Nacif respondeu que, embora soubesse da saída de  
61 Betiza, o município de Aperibé ainda não havia indicado um substituto, e que entrariam em  
62 contato com São José de Ubá para solicitar uma modificação em relação a Bismark. **Item 4 –**

63 **Aprovação de resolução definindo cota da Lagoa Feia definida para o período de estiagem**  
64 **do ano de 2025:** Thais Nacif apresentou a resolução para aprovação, que define a cota da  
65 Lagoa Feia para o período de estiagem de 2025. Ela informou que a minuta já contém duas  
66 alterações: uma sugerida pela Câmara Técnica Consultiva do Comitê e outra pelo Sr. Jeferson  
67 Fernandes, que propôs alteração do termo "cota inverno" para "cota outono inverno". Thais  
68 Nacif explicou que esta cota de 2,15m foi definida nas discussões do GTMC, referendada na  
69 última reunião e formalizada por resolução. Thais Nacif apresentou a minuta da resolução  
70 para a cota-alvo da Lagoa Feia no período de outono-inverno de 2025 e perguntou se os  
71 presentes queriam falar antes da leitura completa. José Armando solicitou a palavra para  
72 discutir o preâmbulo da resolução, enfatizando que a plenária, como instância superior,  
73 deveria ser mencionada como responsável pela definição da cota, e não apenas o grupo de  
74 trabalho. Thais Nacif, após a intervenção de José Armando, propôs remover a menção ao  
75 grupo de trabalho, evitando a inclusão explícita da plenária para evitar redundância. Thais  
76 Nacif leu a minuta da resolução para a Lagoa Feia, que estabelece uma cota alvo de 2,15 m  
77 para o período outono-inverno de 2025, discutida em 17 de abril de 2025 e aprovada em  
78 plenária em 12 de agosto de 2025. Jeferson Fernandes sugeriu que a ementa não precisava  
79 mencionar a aprovação do grupo de trabalho, já que o artigo primeiro detalha o processo, e  
80 questionou o uso da palavra "consenso" no artigo primeiro, pois as aprovações são por

81 maioria. Daniela Bogado Bastos de Oliveira concordou com Jeferson Fernandes sobre a  
82 redundância na ementa, sugerindo que esses detalhes deveriam estar nos "considerandos"  
83 da resolução, não no texto legal. Jeferson Fernandes e Thais Nacif discutiram as datas das  
84 reuniões anteriores do comitê, com Jeferson Fernandes mencionando que a cota de 2,15m foi  
85 referenda em plenária antes de agosto, enquanto Thais Nacif confirmou que as plenárias  
86 ocorreram em 28 de março e 20 de maio. Daniela Bogado e Mauricio Salles levantaram  
87 preocupações sobre a aprovação da resolução na primavera para um período anterior,  
88 enquanto Thais Nacif explicou que a resolução visa normatizar uma decisão de maio e que as  
89 futuras normatizações serão feitas com antecedência, prevendo os períodos. João Gomes  
90 Siqueira esclareceu que a resolução em questão não é para normatizar, mas sim para  
91 referendar uma decisão já proposta pelo grupo de trabalho, sendo esta a primeira vez que a  
92 plenária referendará uma decisão. Ele enfatizou que uma resolução específica será criada para  
93 normatizar o procedimento de definição da cota da Lagoa, que atualmente não está no ideal  
94 por ser a primeira vez. João Gomes Siqueira ressaltou que, com a normatização, discussões  
95 futuras sobre a cota e os procedimentos para sua aprovação não serão mais necessárias, pois  
96 tudo estará regulamentado. Daniela Bogado expressou a incoerência em não projetar o futuro  
97 na redação, pedindo uma mudança. João Gomes Siqueira concordou, afirmando que a cota  
98 alvo já foi aplicada no período outono-inverno e que ela permanece vigente até a definição  
99 de uma nova cota. Jeferson Fernandes sugeriu que a questão da votação no grupo de trabalho  
100 fosse incluída como um considerando, tornando o texto mais limpo. Thais Nacif observou que  
101 José Armando Ribeiro Barreto já havia feito uma correção. João Gomes Siqueira pediu para  
102 Jefferson Fernandes explicar o artigo 2º da resolução, que diz que a resolução entrará em vigor  
103 na data de sua aprovação na plenária, e Thais Nacif entendeu que a resolução em si está sendo  
104 finalizada agora, mas a decisão entrou em vigor anteriormente. Jeferson Fernandes esclareceu  
105 que a resolução foi publicada e a decisão entrou em vigor. Jeferson Fernandes e Thais Nacif  
106 revisaram uma resolução sobre a cota alvo do manancial da Lagoa Feia para o período de  
107 outono-inverno de 2025. Jeferson Fernandes afirmou que, embora a resolução não seja  
108 perfeita devido ao descompasso temporal, ela se aproxima da realidade e é aceitável por ser  
109 a primeira vez que algo assim é feito. João Gomes Siqueira concordou que a versão revisada  
110 melhorou. João Gomes Siqueira expressou satisfação com o que foi descrito e não quis fazer  
111 alterações. Thais Nacif informou que as partes riscadas seriam removidas e José Armando,  
112 com a concordância de João Gomes Siqueira, solicitou a remoção do texto sobretaxado da  
113 ementa. Thais Nacif informou que a votação da versão final estava aberta, e Zenilson Coutinho  
114 perguntou se a resolução poderia ser aprovada, solicitando que aqueles de acordo  
115 permanecessem como estavam. Mauricio Salles perguntou sobre a validade da resolução,  
116 questionando o porquê de estar sendo aprovada somente naquele momento, ao que Thais  
117 Nacif explicou que a resolução foi criada para registrar uma decisão de plenário de 20 de maio,  
118 e que o processo de aprovação de resoluções demanda tempo, levando a um atraso. Mauricio  
119 Salles então questionou se não seria possível ter uma resolução que definisse as cotas fixas,  
120 sem um ano específico, mas Thais Nacif ressaltou a necessidade de uma análise anual devido

121 à natureza dinâmica da Lagoa Feia e às mudanças climáticas, explicando que a intenção é  
122 antecipar as discussões e decisões para que as resoluções sejam lançadas antes de cada  
123 período. Jeferson Fernandes informou que ele, João e Alan ficariam responsáveis por  
124 rascunhar um documento sobre a definição de cota da lagoa de cima de Lagoa Feia, mas que  
125 não conseguiram se reunir devido a outros compromissos. José Armando expressou  
126 preocupação com essa abordagem, sugerindo que a discussão deveria ocorrer no âmbito do  
127 GT de comportas, onde há um debate mais amplo, enquanto Jeferson Fernandes esclareceu  
128 que a minuta é apenas uma contribuição inicial e que qualquer pessoa pode participar ou  
129 propor outras minutas. Jeferson Fernandes também enfatizou que um rascunho inicial  
130 economizaria tempo para todos e que ele está disponível para se reunir com mais pessoas e  
131 analisar qualquer metodologia proposta para a criação da resolução. Jeferson Fernandes  
132 expressou a preocupação de que a discussão sobre o assunto pudesse demorar muito e  
133 sugeriu que um texto inicial poderia economizar tempo, mencionando que a OAB possui uma  
134 minuta para apresentar. José Armando Ribeiro Barreto enfatizou a necessidade de realizar um  
135 estudo técnico mais amplo, inclusive para adiantar a discussão sobre a cota de verão. Thais  
136 Nacif tranquilizou José Armando, afirmando que qualquer sugestão ou minuta passará por  
137 todas as instâncias e será amplamente discutida no comitê. Jeferson Fernandes pediu para  
138 registrar sua saída da reunião às 15h18. **Item 5 – Aprovação de resolução sobre a prorrogação**  
139 **da delegação à AGEVAP das funções inerentes à Agência de Água do CBH-BPSI:** Thais Nacif  
140 introduziu o item da pauta. Ingrid Delgado explicou que a resolução trata da prorrogação das  
141 atividades que a AGEVAP já realiza como delegatária das funções de agência de água. Ela  
142 também mencionou que a resolução tem validade de 5 anos e que, a cada período, o comitê  
143 deve, por meio de uma resolução, reafirmar se deseja manter a AGEVAP como entidade  
144 delegatária. Ingrid Delgado explicou que a última delegação de validade de 2020 a 2025 será  
145 prorrogada até 2030, caso aprovada. Além da prorrogação da delegação, o contrato de gestão  
146 entre AGEVAP, INEA e o comitê, que terminaria em 31 de dezembro, terá proposto um aditivo  
147 de dois anos, estendendo-se até 2027. O INEA propôs este aditivo para padronizar e unificar  
148 os contratos de gestão de todos os comitês do estado do Rio de Janeiro, com datas de  
149 assinatura e término coincidentes, como já ocorre com os contratos da Baía de Guanabara,  
150 Macaé e das Ostras, que finalizam em 2027. Thais realizou a leitura dos artigos da minuta de  
151 resolução. Ingrid Delgado explicou que o objetivo do aditivo no contrato do Guandu é que  
152 este termine em 2027, permitindo que o INEA discuta um novo formato de contrato de gestão  
153 com os comitês, buscando uma padronização a partir de 2028. Zenilson Coutinho  
154 complementou que muitos comitês já tiveram a resolução aprovada e que o processo está  
155 atrasado. Thais Nacif leu que a delegação à AGEVAP foi prorrogada até 31/12/2030 para os  
156 comitês das bacias hidrográficas do médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio dois Rios, Baixo  
157 Paraíba do Sul e Itabapoana, e que o contrato de gestão nº 069/2022 terá vigência até  
158 31/12/2030. Thais Nacif explicou que o contrato de gestão nº 069/2022 e suas metas serão  
159 estudados pelos comitês para adequações e melhorias, com a versão final a ser aprovada e  
160 encaminhada ao CERHI até 30/06/2027, e, após essa aprovação, a resolução será enviada ao

161 CERHI para que a AGEVAP possa continuar suas funções, visando a formalização de um  
162 instrumento contratual com vigência até 31/12/2030, entrando a resolução em vigor na data  
163 de sua aprovação. João Gomes Siqueira solicitou a Thais Nacif que mostrasse o artigo segundo,  
164 questionando se a versão final do contrato deveria ser aprovada pelos comitês antes de ser  
165 encaminhada, ao que Thais Nacif respondeu que o texto já indica que o contrato será objeto  
166 de estudo pelos comitês, e sua versão final deverá ser aprovada. A resolução foi aprovada por  
167 unanimidade. **Item 6 – Aprovação de resolução sobre hierarquização de municípios da RH-**

168 **IX para destinação de recursos para projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES):**

169 Antonio Ednaldo Souza Oliveira sugeriu que a apresentação da minuta da resolução fosse feita  
170 primeiramente, seguida pela contextualização de Ingrid Delgado sobre a origem da ideia de  
171 hierarquização, baseada nos estudos de esgotamento sanitário e tratamento desenvolvidos  
172 no plano de bacia. Ingrid Delgado explicou que o plano previa uma hierarquização dos  
173 municípios para investimentos em saneamento, visando maior qualidade da água. No  
174 entanto, após a aprovação do plano, a maioria dos municípios passou por um processo de  
175 concessão, o que diminuiu a força técnica dessa hierarquização. Diante disso, a equipe da sala  
176 de monitoramento, liderada por Ednaldo, realizou um estudo para identificar quais municípios  
177 da região hidrográfica nove (RH IX) estavam ou não em processo de concessão e quais haviam  
178 recebido recursos do comitê para saneamento. Ingrid Delgado explicou que foi realizado um  
179 estudo para criar um novo guia de investimentos em saneamento, considerando que os  
180 municípios que já receberam recursos ficaram abaixo dos que ainda não receberam. Ela  
181 também ressaltou que a hierarquização tratada no guia se refere apenas ao esgotamento  
182 urbano, pois as concessões não abrangem as áreas rurais na maioria das vezes, e que a  
183 definição de área rural ou urbana para distritos deve ser baseada em levantamentos e dados  
184 do IBGE, como Maria Aparecida Vargas questionou. Antonio Ednaldo complementou que o  
185 saneamento rural é um objeto mais complexo e possui outro Grupo de Trabalho específico, e  
186 que a proposta atual se concentra nas áreas urbanas e sedes municipais. Ingrid Delgado  
187 sugeriu que Antonio Ednaldo Souza Oliveira fizesse um levantamento para verificar se uma  
188 região específica se enquadra como área rural ou urbana, a fim de fornecer uma resposta  
189 concreta. Antonio Ednaldo explicou que a resolução visa o município, e as áreas urbanas  
190 dentro dele podem ser contempladas com recursos para a primeira fase, considerando o  
191 município como um todo. Thais Nacif complementou que, ao escolher um município, é  
192 solicitada documentação para comprovar que se a área selecionada é urbana ou rural,  
193 baseando-se em fatores como zoneamento e número de habitantes, um procedimento que  
194 também será adotado para o saneamento rural. Thais Nacif esclareceu que a documentação  
195 do município será solicitada para investimentos em saneamento rural. Ingrid Delgado  
196 complementou que a resolução em pauta foca em saneamento urbano, mas existe outra linha  
197 de recursos para a área rural, destacando que ambas as áreas podem receber investimentos  
198 do comitê. Maria Aparecida Vargas perguntou se o recurso de Rosal seria afetado, pois estão  
199 lutando por ele há 10 anos. Ingrid Delgado esclareceu que o recurso de Rosal é uma linha  
200 específica e não está incluído nessa parte. Antonio Ednaldo explicou que a resolução aprova a



201 hierarquização dos municípios da RH IX para receber um projeto de sistema de esgotamento  
202 sanitário. Antonio Ednaldo explicou que a hierarquização apresentada no relatório técnico  
203 014/2025 é baseada no plano de bacias, que considera o custo-benefício e onde o montante  
204 de investimento é menor. Ingrid Delgado complementou que, devido aos recursos públicos, o  
205 Comitê não pode investir em áreas com concessões privadas, o que é um grande entrave. José  
206 Armando questionou se a resolução foi discutida no grupo de trabalho específico,  
207 mencionando a PMI do CIDENNF e a necessidade de pontuar isso. Antonio Ednaldo explicou  
208 que o quadro um sintetiza o serviço de esgotamento sanitário da região, complementando as  
209 informações da Agenesra e do Comitê. Ele destacou que a RH IX está em processo de  
210 manifestação de interesse (PMI) para concessão de serviços públicos de água e esgoto do  
211 CIDENNF, abrangendo Bom Jesus do Itabapoana, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu,  
212 Quissamã e Italva, com Porciúncula optando por não participar. Antonio Ednaldo também  
213 mencionou que o município de Itaperuna está em processo de concessão de seus serviços de  
214 saneamento para a Cedae, e havia um projeto de investimento em saneamento em parceria  
215 com o CIDENNF para a cidade. Antonio Ednaldo informou que o município de Laje do Muriaé,  
216 que já tinha recursos em execução, e outros quatro municípios do bloco um, Miracema,  
217 Cambuci, Aperibé e São Francisco de Itabapoana, estão em processo de concessão de  
218 saneamento pela CEDAE. Ele também mencionou a Rio Mais Saneamento, que abrange São  
219 Fidélis, Carapebus, São José de Ubá e Trajano de Moraes, além de um arranjo diferente em  
220 Santo Antônio de Pádua. Por fim, Antonio Ednaldo Souza Oliveira citou as outras  
221 concessionárias, como a Águas do Paraíba em Campos dos Goytacazes. Antonio Ednaldo  
222 explicou que, dos 22 municípios inicialmente considerados, restaram apenas quatro: Varre-  
223 Sai, São João da Barra, Santa Maria Madalena e Porciúncula. Ele detalhou a hierarquização do  
224 plano de bacias, que considerou o investimento em esgotamento sanitário e a porcentagem  
225 de carga de lançamento de esgoto, destacando que municípios como Miracema e Santo  
226 Antônio de Pádua ficaram nas primeiras posições devido à correlação positiva entre carga e  
227 investimento. Antonio Ednaldo observou que os três últimos municípios na hierarquia, Varre-  
228 Sai, Santa Maria Madalena e São Fidélis, ficaram nessa posição por não terem registrado no  
229 atlas de esgoto de 2017 o investimento necessário para o saneamento, mesmo que alguns  
230 tivessem uma contribuição de lançamento reduzida, o que poderia ter melhorado sua  
231 classificação. Antonio Ednaldo destacou que a análise considerou apenas a bacia do rio  
232 Paraíba do Sul, excluindo a área do rio Itabapoana, pois o plano de bacias hidrográficas  
233 abrangia somente a primeira. Ele explicou que, ao remover os municípios com concessões ou  
234 arranjos de investimento, Porciúncula, São João da Barra, Santa Maria Madalena e Varre-Sai  
235 seriam os próximos a receber investimentos. Antonio Ednaldo apresentou os quatro  
236 municípios que não possuem concessão ou arranjo: Porciúncula, Santa Maria Madalena,  
237 Varre-Sai e São João da Barra. Ele destacou que Porciúncula já recebeu recursos do comitê do  
238 bairro Paraíba do Sul para contrapartida em 2024 e Santa Maria Madalena, que está  
239 parcialmente inserida na região hidrográfica nove, também recebeu investimentos em 2019.  
240 Antonio Ednaldo explicou que a população foi um fator considerado para a priorização de

241 investimentos, já que populações menores demandam menos recursos para atingir altos  
242 níveis de cobertura de tratamento de esgoto. Ele também apresentou a proposta de  
243 hierarquização desses municípios para receberem investimentos em saneamento, sendo  
244 Varre-Sai o primeiro, seguido por São João da Barra, Porciúncula e Santa Maria Madalena. A  
245 minuta visa hierarquizar esses municípios para investimentos em esgotamento sanitário, e a  
246 câmara técnica do comitê orientou uma consulta direta ao CIDENNF para verificar o  
247 andamento do PMI, o que poderia impactar a hierarquização. Antonio Ednaldo explicou que  
248 haveria complementos para apresentar aos membros da plenária, a fim de se chegar às  
249 considerações finais. Ingrid Delgado agradeceu a Antonio Ednaldo pelas explicações técnicas  
250 e mencionou que alguns questionamentos levantados na CTC seriam encaminhados para a  
251 plenária. Thais Nacif explicou que apresentaria a carta recebida do CIDENNF, após solicitação  
252 de esclarecimento do Comitê, e que se ateria aos pontos destacados na carta. Thais Nacif  
253 relatou que o CIDENNF realizou uma consulta sobre a concessão de serviços de concorrência  
254 pública, com foco no chamamento público nº 01 de 2021, que foi suspenso por decisão do  
255 Ministério Público, embora uma ação popular tenha indeferido a suspensão liminar. No  
256 entanto, o CIDENNF cita que o processo licitatório está atualmente suspenso devido a uma  
257 decisão do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, após uma representação da empresa AEGEA,  
258 que buscava paralisar o certame. Que apesar das justificativas do CIDENNF, o TCE concedeu a  
259 liminar para suspensão temporária, e o corpo técnico e o Ministério Público do TCE se  
260 manifestaram a favor da defesa do CIDENNF, aguardando o julgamento para definir a  
261 continuidade do certame. Thais Nacif explicou que o processo de continuidade do certame  
262 depende do julgamento do TCE, que está aguardando a defesa do CIDENNF, e que a  
263 hierarquização dos municípios pode ser revista caso haja impedimentos futuros. Carlos Freitas  
264 perguntou sobre a ausência de Bom Jesus do Itabapoana na lista e o motivo da situação  
265 especial de Rosal, além de pedir acesso ao documento do CIDENNF, um pedido também feito  
266 por Maria Aparecida Vargas. Ingrid Delgado explicou que Rosal é um caso à parte, com ações  
267 já definidas em outro momento e incluídas no plano de bacia para investimento em  
268 saneamento rural e urbano. Ingrid Delgado esclareceu que a resposta do CIDENNF não foi  
269 enviada antes da reunião. Carlos Freitas perguntou se o projeto não será paralisado, e Ingrid  
270 Delgado explicou que o estudo para implementar um sistema de tratamento de esgoto para  
271 o distrito de Rosal está em andamento, envolvendo várias pessoas para encontrar a melhor  
272 solução. Ingrid Delgado também mencionou que Bom Jesus do Itabapoana não estava incluído  
273 no estudo apresentado porque está fora da bacia do Rio Paraíba do Sul, mas Ednaldo verificou  
274 que o município já está em processo de concessão. Ingrid Delgado solicitou que Ednaldo a  
275 corrigisse, caso estivesse enganada, sobre o levantamento técnico realizado. Maria Aparecida  
276 Vargas sugeriu retomar a questão do plano do Itabapoana, pois é um dos motivos da gestão.  
277 Ingrid Delgado respondeu que o termo de referência está pronto e a equipe técnica foi  
278 definida para fechar o orçamento, e que estava aguardando a definição do escopo para que o  
279 plano do Itabapoana siga os mesmos ritos da revisão do plano integrado da bacia do Paraíba  
280 do Sul, que será aberta no próximo ano. Ingrid Delgado mencionou que a revisão do Paraíba

do Sul será feita após a primeira revisão, esperando a definição do escopo para garantir a compatibilidade com o modelo PIRH. O secretário executivo do CIDENNF, Vinícius Viana, pediu à Dra. Fernanda Valadão Scudino, que acompanhou o processo de concessão, para esclarecer o status atual do processo envolvendo os cinco municípios. Fernanda Scudino explicou que o processo de concessão está em andamento, aguardando liberação do Tribunal de Contas, e ressaltou a legitimidade da decisão do CIDENNF relacionada ao recurso público e definições legais. Fernanda Scudino discutiu a definição do comitê do sistema de recursos hídricos em concessões, identificando dois impactos principais. Ela explicou que essa definição restringe enormemente a aplicação de recursos, resultando em apenas quatro municípios elegíveis de 22, sendo que Porciúncula, um desses quatro, não possui contrato com a Cedae, o que exige uma decisão futura sobre sua operação ou licitação. Fernanda Scudino também mencionou que, com as metas de universalização e a exigência de regionalização para receber recursos federais, os municípios menores com dificuldades orçamentárias e operacionais podem ter problemas. Fernanda Scudino expressou preocupação com a possibilidade de os municípios não terem opções para direcionar os recursos, citando o caso de Itaperuna, onde o investimento em saneamento pode não ser aplicado devido a mudanças contratuais. Ela sugeriu que, em vez de investir em análises técnicas e definições orçamentárias que podem não levar à aplicação dos recursos, o comitê deveria pensar em outras maneiras de aplicá-los. Antonio Ednaldo concordou com a preocupação de Fernanda, enfatizando a importância do diálogo próximo e franco entre o comitê e os municípios para rastrear possíveis dificuldades na operação do saneamento, especialmente porque o novo marco legal tem levado os municípios a buscar apoio para seus planos de saneamento. Antonio Ednaldo explicou que, paralelamente aos projetos, estão avançando negociações com a Cedae, citando os exemplos de Laje do Muriaé e Itaperuna. Ele considerou importante a colocação e ressaltou a necessidade de tomar uma decisão com o cenário atual caso a plenária aprove os quatro municípios, pois o futuro é incerto, e os municípios podem fazer concessões. Antonio Ednaldo concluiu que a explicação de Thaís resume bem a situação, especialmente porque o PMI do CIDENNF está nesse processo. Antonio Ednaldo defendeu a necessidade de uma decisão imediata sobre a hierarquização dos municípios para avançar, mas ressaltou que a plenária pode rever a resolução caso novos fatos surjam, como a regionalização dos municípios ou a busca por arranjos para o saneamento. Ingrid Delgado complementou que, caso haja investimentos, será feito um levantamento e consulta aos municípios para incluir seu posicionamento sobre concessões nos processos de acompanhamento, garantindo o uso adequado do dinheiro público. Thaís Nacif acrescentou que, além da decisão atual ser apenas sobre uma hierarquização, há um trâmite com diversas etapas até se chegar ao ponto de firmar acordos de cooperação técnica com os municípios. José Armando expressou preocupação sobre um documento que será gerado no comitê para a AGEVAP, que pode se tornar um gargalo para acessar outros recursos futuramente, defendendo que outros municípios não sejam excluídos desse processo de execução de recursos. Ele também ressaltou que o município de Italva é suplente do CIDENNF e que o voto é do CIDENNF. José



Armando enfatizou a importância de alinhar as decisões para não perder a oportunidade de levar saneamento a municípios que não o possuem, como Italva, Bom Jesus, Conceição de Macabu e São Francisco, que precisam de recursos. Ele ressaltou que a formalização de documentos no comitê de bacias é crucial para a concessão de recursos futuros, mencionando que a falta de clareza atual poderia atrapalhar o acesso a fundos como o PAC de saneamento. Thais Nacif, por sua vez, esclareceu que a hierarquização discutida tem validade apenas para as tomadas de decisão do comitê e não afeta outros fundos de investimento ou ações municipais relacionadas ao saneamento. Na sequência, Vinícius Viana cumprimentou José Armando e elogiou seu interesse pelos municípios. Vinícius Viana também esclareceu que a concessão deles já havia sido aprovada pelo TCE, mas foi paralisada devido a uma representação da AEGEA, assegurando que o processo está se aperfeiçoando e será concluído, e que o projeto de esgotamento sanitário e abastecimento de água é focado em novos projetos. Vinícius Viana expressou preocupação com a capacidade de municípios pequenos, com populações entre 15 e 25 mil habitantes, de realizar concessões para serviços de saneamento básico, especialmente devido ao novo marco legal que foca na regionalização. Vinícius Viana mencionou o exemplo de Itaperuna, que conseguiu assinar com a CEDAE, e destacou a dificuldade em avançar com a pauta de concessões apesar do trabalho realizado pela AGEVAP e outras equipes. Vinícius Viana sugeriu que, mesmo que as concessões não ocorram, os municípios podem se integrar a blocos regionais e enfatizou a importância de buscar recursos da AGEVAP e do CIDENNF para atender áreas rurais e distritos, citando conversas com José Armando e Fernanda Scudino sobre projetos para essa finalidade. Vinícius Viana sugeriu que os valores fossem direcionados para uma situação regional, o que seria mais interessante, e que o documento de concessão pode ser compartilhado para esclarecimentos. Thais Nacif complementou que o comitê está em sintonia com essa ideia, pois o GT Saneamento Rural está discutindo uma resolução e um projeto sobre saneamento rural para os comitês de bacia, inclusive uma hierarquização de municípios para investimentos na área. Helga Giovanna esclareceu que o CIDENNF não faz parte do GT Saneamento Rural. Thais Nacif esclareceu o objetivo e pediu a João Gomes Siqueira para falar sobre a capacidade de utilização. João Gomes Siqueira expressou dificuldade em entender Thais Nacif devido a problemas de áudio, mas Thais Nacif e Ingrid Delgado confirmaram que era a vez de João Gomes Siqueira falar. João Gomes Siqueira então iniciou sua fala, destacando a importância das contribuições de Ednaldo, Thais Nacif e Vinícius. João Gomes Siqueira destacou a Thais que há um problema sério na elaboração de projetos de esgotamento sanitário desde 2015, devido ao processo de concessão e mudanças na intenção dos municípios, o que impediu a conclusão de vários projetos. Ele corrigiu Ednaldo, afirmando que foi o CEIVAP, e não a AGEVAP, quem destinou recursos para os comitês para planos de bacia e resíduos sólidos, mencionando que o caso de Rosal é emblemático, onde o primeiro trabalho de Ednaldo foi o levantamento e o projeto de esgotamento e tratamento de esgoto para a localidade. João Gomes Siqueira compartilhou que processos anteriores de aprovação de projetos foram interrompidos devido a mudanças políticas e falta de interesse dos prefeitos, resultando na

361 perda de tempo e recursos. Ele citou o exemplo de Itaperuna, onde recursos repassados para  
362 um projeto de esgotamento sanitário não se concretizaram, e o município acabou entrando  
363 em concessão. João Gomes Siqueira pediu a Vinícius que, ao discutir a duplicação de recursos  
364 do comitê, se dirija à diretoria, pois as decisões partem dali, e a plenária é a instância de  
365 aprovação, mas a diretoria precisa resolver os entraves. Ele também explicou que a resolução  
366 em pauta visa aprovar um processo de hierarquização de municípios, baseado na perspectiva  
367 atual, mas que pode mudar se um município entrar em concessão. João Gomes Siqueira  
368 defendeu a aprovação da resolução de saneamento, argumentando que o projeto é válido e  
369 que recursos já foram alocados para ele. Ele ressaltou que o saneamento rural possui um vasto  
370 campo de aplicação e que recursos já foram aprovados para essa área, sugerindo que o foco  
371 deveria ser no saneamento rural, já que os esforços no saneamento urbano não estão  
372 rendendo resultados. Thais Nacif, em seguida, passou a palavra para Maurício. Mauricio Salles  
373 ressaltou a importância de dar atenção especial à questão rural, uma vez que as concessões  
374 muitas vezes atendem apenas às áreas urbanas. Ele enfatizou que o crescimento populacional  
375 em torno das áreas rurais é muito grande, o que torna essa questão uma preocupação  
376 importante para o comitê. Mauricio Salles ressaltou a importância de levar o saneamento  
377 básico para as áreas rurais, enfatizando a necessidade de um trabalho conjunto com o  
378 CIDENNF. Thais Nacif, em seguida, passou a palavra para Arcenio Jubim, que relatou que  
379 Itaperuna vem discutindo há mais de dois anos com o CEIVAP para a elaboração de um projeto  
380 de esgotamento sanitário, que abrange a sede e a maioria dos distritos, e mencionou que o  
381 prefeito anterior transferiu a operação e gestão de abastecimento de água e esgotamento  
382 sanitário para a CEDAE em dezembro. Arcenio explicou que a CEDAE já possui um projeto de  
383 esgotamento sanitário para a sede do município, o que significa que o recurso originalmente  
384 destinado a esse projeto não seria utilizado corretamente. Diante disso, ele propôs remanejar  
385 parte desse recurso para a elaboração do plano municipal de saneamento, que o município  
386 ainda não possui, e destinar o restante para os projetos de esgotamento sanitário dos  
387 distritos. Arcenio ressaltou que a atuação da CEDAE é positiva, pois a empresa já está licitando  
388 projetos de grande porte para água e esgoto no município, com investimentos significativos  
389 previstos para os próximos anos. Thaís Nacif afirmou que o pedido da prefeitura para a  
390 liberação de recursos para o município foi recebido e uma reunião será agendada para discutir  
391 o assunto com mais calma. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas expressou sua angústia  
392 em relação à dificuldade na liberação de recursos e mencionou que havia entendido que Rosal  
393 não estava incluída na deliberação, apesar de compreender a preocupação do prefeito. Ela  
394 também informou que está buscando incluir a bacia do Itabapoana no Conselho Nacional para  
395 evitar a exclusão da região em futuras alocações de recursos. Thaís Nacif afirmou que o pedido  
396 da prefeitura para a liberação de recursos para o município foi recebido e uma reunião será  
397 agendada para discutir o assunto com mais calma. Maria Aparecida Vargas expressou sua  
398 angústia em relação à dificuldade na liberação de recursos e mencionou que havia entendido  
399 que Rosal não estava incluída na deliberação, apesar de compreender a preocupação do  
400 prefeito. Ela também informou que está buscando, no Conselho Nacional, incluir a bacia do

Itabapoana no Ceivap para evitar a exclusão da região em futuras alocações de recursos. Maria Aparecida Vargas solicitou que aguardassem enquanto ela tentava marcar uma reunião com o prefeito, pois acreditava que ele havia sido mal orientado em relação a um recurso que esperava ainda estar garantido para complementar as necessidades. Maria Aparecida Vargas explicou que, apesar do recurso de Rosal não estar incluído na deliberação, ela compartilhou a angústia de João Gomes Siqueira, que explicou que o recurso de Rosal vem de outra fonte e depende da deliberação da prefeitura. Maria Aparecida Vargas também mencionou os esforços para resolver a questão da bacia do Itabapoana e a importância de delegar competências para uma gestão eficiente, prometendo manter todos informados sobre o progresso e as novidades, especialmente após a apresentação da questão ao Conselho Nacional. Vinícius Viana propôs que os cinco municípios do CIDEF fossem hierarquizados abaixo dos quatro municípios mencionados, já que as concessões foram efetivadas, exceto a do CIDEF. José Armando Ribeiro Barreto sugeriu que, caso um município não consiga acessar, os próximos na fila teriam acesso. Vinícius Viana reiterou que a concessão do CIDENNF ainda não foi efetivada, ao contrário das outras quatro que já foram. Ingrid Delgado e João Gomes Siqueira discordam da proposta de Vinícius de hierarquizar separadamente os municípios. Ingrid Delgado afirma que uma segunda hierarquização pode prejudicar os municípios, sugerindo que o ideal seria, caso haja fracasso na concessão citada, reaplicar os critérios técnicos a todos os municípios para que os mais bem classificados recebam recursos primeiro. João Gomes Siqueira concorda com Ingrid Delgado, enfatizando que a revisão da priorização seria rápida e mais justa. Vinícius Viana afirmou que o consórcio pensa em todos os municípios e que colocou a sugestão pensando nisso, mas que está de acordo com a decisão de seguir em frente. João Gomes Siqueira enfatizou que a diretoria está à disposição de Vinícius para acertar os rumos e que o objetivo é fazer o mais justo e correto. José Armando sugeriu que a hierarquização seja feita sem considerar o PMI como parâmetro e também sugeriu, em nome da plenária, que todos os municípios possam participar. João Gomes Siqueira sugeriu que a plenária aprovasse a minuta como está e, se necessário, uma revisão rápida e eficiente poderia ser feita posteriormente. Thais Nacif observou que havia duas propostas: a aprovação da minuta como está e a aprovação de uma modificação para incluir os municípios na concessão do CIDENNF, enquanto José Armando Ribeiro Barreto esclareceu que ele tinha apenas voz e não voto. José Armando retirou sua proposta e apoiou a sugestão do João Gomes de aprovar a resolução como está e só revisar caso o processo de concessão venha a fracassar. A resolução foi aprovada por unanimidade. **Item 7 – Informes:** João Gomes Siqueira explicou que o processo de recurso para a reconstrução das contas da Eletrobras foi assegurado, mas faltava o aceite de um ente do estado do Rio de Janeiro para aceitar a obra pronta. João Gomes Siqueira levantou a questão da ausência de uma entidade responsável pelo recebimento da obra após a partida da Eletrobras, apesar dos esforços de Moema e Ana Asti na elaboração de uma minuta de aceite. Ele destacou que, apesar do trabalho da equipe técnica do Estado, a decisão final dependeria do secretário, governador ou prefeito, e mencionou que o comitê se mobilizou para ser recebido no Rio de Janeiro, onde o secretário aceitou a minuta de aceite

441 da obra. João Gomes Siqueira ressaltou a importância da presença unificada da diretoria na  
442 reunião. João Gomes Siqueira compartilhou que o especialista de Ednaldo fez uma  
443 apresentação que convenceu o secretário a aceitar e firmar o compromisso de que o  
444 secretário de Meio Ambiente do estado e o presidente do INEA assinassem um acordo. Ele  
445 pediu que os presentes sintam a representatividade que o comitê está tendo, afirmando que  
446 essa representatividade é fruto da discussão e união de todos. Zenilson Coutinho perguntou  
447 a João Gomes Siqueira sobre a manutenção da obra. Zenilson Coutinho afirmou que a Seas e  
448 a INEA precisam definir oficialmente como será a manutenção da obra, pois eles querem algo  
449 no papel para garantir que não haverá mais problemas na região, e João Gomes Siqueira  
450 concordou que isso faz parte do acordo. Luiza Salles anunciou que o mascote "baixinho"  
451 começará a visitar o território em outubro, iniciando por Bom Jesus, e convidou Maria  
452 Aparecida Borges Pimentel Vargas para participar, prometendo enviar o cronograma das  
453 atividades, que começarão após 12 de outubro. Luiza Salles também mencionou que o  
454 programa está sendo expandido e que ele está recebendo apoio do plano programa da bacia  
455 do Paraíba, o PEPEA. Luiza Salles expressou sua felicidade com o novo ciclo transformador na  
456 educação ambiental e com as novas parcerias, incluindo Helga e o CIDENNF, o Sicoob  
457 Fluminense e vários componentes do território que se preocupam em minimizar as mudanças  
458 climáticas. Maria Aparecida Vargas concordou com a necessidade de aprovar essas iniciativas.  
459 José Armando Barreto solicitou a indicação da plenária para que o Grupo de Manejo de  
460 Comporta (GT MC) inicie o processo de diálogo sobre as cotas de primavera-verão. José  
461 Armando Barreto sugeriu que o GTMC solicitasse que técnicos de outras áreas se unissem ao  
462 comitê para discutir a resolução da cota de primavera e verão. João Gomes Siqueira  
463 respondeu que ele, Ednaldo e Alan estão atentos a essa mudança, mas que, por enquanto,  
464 não veem necessidade de mudança, pois a cota de verão sempre é mais baixa que a de inverno  
465 e está bem estabelecida. João Gomes Siqueira afirmou que futuramente o grupo estudará e  
466 decidirá a melhor cota para o período de verão. José Armando Barreto enfatizou a  
467 necessidade de iniciar o trabalho na resolução de 2025-2026, com a indicação partindo da  
468 plenária. João Gomes Siqueira esclareceu que a plenária não decide a cota, mas aprova a cota  
469 proposta pelo grupo, que discutirá, chegará a um consenso e votará, propondo-a ao INEA.  
470 Thais Nacif informou que em breve será divulgado o convite para a inauguração de uma placa  
471 informativa do comitê em Conceição de Macabu, que será instalada em 1º de outubro por  
472 volta das 10h, e convidou a todos para participar. Mauricio Salles pediu desculpas a João  
473 Zenilson por não poder comparecer à inauguração, pois estará na abertura da Rio Mais Água,  
474 representando a Federação da Agricultura, e informou que enviará um representante do  
475 sindicato rural. João Gomes Siqueira explicou que a placa inaugurada em São João da Barra é  
476 alusiva aos três pontos mais importantes da bacia do Paraíba do Sul, e que a inclusão dessa  
477 placa foi um pedido de Conceição, que a AGEVAP prontamente atendeu. **Item 8 –**  
478 **Encerramento:** Reunião encerrada pelo Diretor Zenilson Coutinho às 17h14. A presente ATA  
479 foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto (Agevap) e depois de aprovada será



480 assinada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do  
481 Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

**Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN)**  
Diretor Presidente

**Luiza Figueiredo Salles (Ecoanzol)**  
Diretora Secretária